



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Eixo Temático: educação e formação de professores

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Carla Maria Leidemer Bruxel¹
Vidica Bianchi²

RESUMO

O conhecimento da história da educação brasileira é indispensável para a formação de licenciandos das mais diversas disciplinas inseridas na área da educação. Este estudo tem como objetivo refletir sobre a história da educação brasileira desde o período do Brasil colônia até os dias atuais. Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, de abordagem qualitativa, que se fundamenta nas obras de Aranha (2006), Francisco Filho (2013), Ghiraldelli Júnior (2009), (Souza, Santos; 2019), entre outros. Conclui-se que, nos diferentes contextos sociais, políticos e históricos da educação brasileira, há diferentes formas de estruturação educacional, sendo que a cada período histórico, seja ele colonial, monárquico ou republicano, há um propósito desejado para a educação. No entanto, essa compreensão possibilita que os docentes possam sair da passividade e engajar-se na luta por uma educação mais equitativa e de qualidade para todos.

Palavras-chave: Educação da elite. Educação de qualidade. Educação popular.

INTRODUÇÃO

A disciplina de história da educação brasileira contribui no reconhecimento da importância da cultura, da memória e da história da sociedade e suas influências nos processos educativos. Os profissionais da educação carecem de formação contínua que permita a reflexão sobre os marcos históricos pelos quais atravessamos e que interferem direta e indiretamente na organização e no desenvolvimento dos processos educativos na atualidade. Logo, questiona-se, quais são as contribuições do conhecimento da história da educação brasileira no processo de ensino em cursos de licenciatura.

¹ Mestre em Educação nas Ciências (Unijuí). Professora da Rede Municipal de Ensino de São Martinho, RS. E-mail: carla.bruxel@sou.unijui.edu.br.

² Doutora em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Educação Nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Professora permanente dos do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências e do Programa de Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade (Unijuí).vidica.bianchi@unijui.edu.br



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Sabe-se que o professor necessita ter clareza de que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 2011, p. 19). O professor não transmite de maneira mecânica o conhecimento da história da educação brasileira aos estudantes, mas em suas aulas cria as condições para que se apropriem desse conhecimento progressivamente. Dessa maneira, o estudante se constitui como sujeito reflexivo que participa ativamente do seu processo de formação num movimento dinâmico e dialógico de apropriação do conhecimento.

Como os conhecimentos não podem ser simplesmente transferidos, o processo de ensino requer esse movimento dinâmico e dialógico no qual “[...] os educandos vão se transformando em sujeitos reais da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (Freire, 2011, p. 23). Nesse processo, o professor se constitui como intermediador do processo de apropriação de conhecimentos que conduz o estudante a pensar sobre o processo histórico da educação brasileira.

A partir dessas considerações iniciais, objetiva-se refletir sobre a história da educação brasileira desde o período do Brasil colônia até os dias atuais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa insere-se numa abordagem qualitativa e se constitui como um estudo teórico-reflexivo, fundamentada na perspectiva de que a construção do conhecimento se desenvolve num processo social em que os sujeitos por meio das interações enquanto atuam na realidade, transformam-a e por ela são transformados (Lüdke; André, 2018). Para fundamentar a discussão recorre-se à Aranha (2006), Geraldo Filho (2013), Ghiraldelli Júnior (2009), (Souza, Santos; 2019), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A disciplina de história da educação brasileira tem como finalidade contribuir para a compreensão do contexto histórico da educação brasileira e suas relações com a educação atual e com a prática docente. De modo geral, a história da educação brasileira é dividida em



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



períodos: educação no Brasil colônia; educação no Brasil império; educação no período republicano; educação na era Vargas; educação no período ditatorial; educação no período de redemocratização e; educação no contexto atual. Ainda são abordados tópicos que facilitam a compreensão do que é educação e historicidade, a constituição do ensino público no Brasil, história e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, entre outros temas que se aproximam das reflexões suscitadas durante as leituras e discussões.

Conforme Aranha (2006) nós seres humanos somos seres históricos, uma vez que os nossos pensamentos e ações se transformam no decorrer do tempo, na medida em que resolvemos questões da vida pessoal e de experiência coletiva. Enquanto seres sociais, produzimos a história e a interpretamos de acordo com as concepções prévias que temos sobre ela. Nesse viés, o conhecimento da história “[...] resulta da necessidade de constituirmos o passado, relatando os acontecimentos que decorreram da ação transformadora dos indivíduos no tempo, por meio da seleção (e da construção) dos fatos considerados relevantes [...]” (Aranha, 2006, p. 7). Dessa forma, o conhecimento histórico contribui na compreensão do ser humano enquanto ser que constrói o seu tempo, sua cultura, sua vida social e que por isso é capaz de utilizar este conhecimento para construir um futuro melhor para sua geração e as gerações posteriores.

A história da educação apresenta “[...] fundamentos que permitem problematizar os objetivos da educação nos diferentes momentos históricos, e entender como foi concebida a relação entre estes objetivos e a realidade educativa, bem como suas contradições (Rabelo, Rodrigues, 2010, p. 8). Na área educacional, conforme Piletti (2006, p. 26), “[...] apesar de leis sempre mais numerosas e perfeitas, continuamos a enfrentar problemas seculares: analfabetismo, repetência, evasão, falta das mínimas condições de um ensino eficiente, etc”. Nesse sentido, amplia-se a necessidade de debatermos para melhor compreensão do sistema educacional em diferentes épocas, as ideologias dominantes e as lutas por uma educação de qualidade para todos.

Conforme Souto (2014, p. 21) “[...] para compreender a educação brasileira no período de colonização, se faz necessário compreender a realidade da época num contexto não só social como também econômico, religioso, político e cultural. Portanto, compreender a história da educação em seus diferentes tempos históricos requer o conhecimento do contexto



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



econômico, religioso, político e cultural da sociedade em que os processos educativos foram planejados e desenvolvidos. Ao aprofundarmos os estudos na história da educação brasileira, é possível perceber em diferentes contextos sociais, políticos e históricos, diferentes formas de estruturação educacional, sendo que a cada período histórico, seja ele colonial, monárquico ou republicano, há um propósito desejado para a educação.

Em relação à educação no período colonial, evidencia-se o propósito explícito de converter os índios à fé católica escondendo a situação real de sujeição e dominação a que eles foram submetidos, pois o ensino das primeiras letras tinha como objetivo criar as condições necessárias à catequese e à imposição dos costumes e de visão de mundo europeus. Assim,

A catequese, do ponto de vista religioso, interessava à Companhia como fonte de novos adeptos do catolicismo, bastante abalado com o movimento de Reforma. Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão-de-obra (Ribeiro, 1992, p. 25).

Desse modo, pode-se dizer que a educação jesuítica exerceu forte influência na sociedade e deixou marcas de desigualdade entre as classes sociais, visto que a educação era privilégio de um pequeno grupo de filhos de colonos e por outro lado se destinava a catequização dos indígenas. Os jesuítas foram expulsos do Brasil, quando o Marquês de Pombal, então Ministro de Estado em Portugal, iniciou uma série de reformas que visavam adaptar Portugal e suas colônias ao mundo moderno desde aspectos econômicos, políticos e culturais (Ghiraldelli, 2009).

No período pombalino foram adotadas algumas medidas que afetaram diretamente a área educacional, tais como: destituição da organização da educação jesuítica, criação de cargos de fiscalização da qualidade do ensino, substituição da metodologia pedagógica eclesiástica dos jesuítas pela ideia de escola laica e pública, inserção de cursos de cunho científico, ampliação de cursos literários e de idiomas e a introdução de ideais iluministas (Azevedo, 1976). Dessa forma, pretendia-se que as escolas pudessem acompanhar as transformações daquele momento histórico, mas também havia o interesse em trazer a educação para o controle do Estado.

Durante o regime imperial, foi aprovada “a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia em seu Art. 179 apenas “a instrução primária e gratuita a todos



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



os cidadãos” (Souza, 2019, p. 2). Em 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente. No entanto, as escolas públicas nesse período, eram frequentadas praticamente só pelas crianças das famílias mais abastadas, sendo que uma minoria de crianças brasileiras em idade escolar estudavam. No final desse período, o quadro geral do ensino era de poucas Instituições Escolares,

O Ato Adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso do ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico e gerando um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação, voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares (Souza, Santos; 2019, p. 2).

Nesse contexto educacional prosseguiu-se com a oferta de um ensino dual, voltado aos interesses do império. Na Primeira República, o modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é posto em questão, porém “os ideais republicanos que pretensamente alimentavam projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social [...] (Souza, Santos; 2019, p. 2). De um lado estava a classe pobre, que historicamente foi relegada a segundo plano, e de outro lado a classe dominante, que tinha seus privilégios cada vez mais ampliados.

No período em que Vargas governou o Brasil, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, no ano de 1930. A criação do Ministério da Educação demonstrava uma postura comprometida com a função da educação com as transformações que estavam emergindo nessa época. Nessa perspectiva, “eliminar o analfabetismo passou a ser a palavra de ordem; era preciso preparar o trabalhador urbano para o concorrido mercado de trabalho” (Francisco Filho, 2013, p. 73). Apesar de alguns avanços, projetos e reformas que visavam a melhoria da qualidade do ensino, a educação continuou a ser dual, visto que havia formação para encaminhar a universidade e outra para formar a força de trabalho.

Durante o regime ditatorial no Brasil, que durou de 1964 a 1985, a educação foi amplamente utilizada como uma ferramenta de controle social e política pelo governo militar. A área educacional foi favorecida com a construção de escolas públicas, no entanto “[...] as



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



“pessoas mais pobres passaram a ingressar na escola pública, que passou a trabalhar um conteúdo educacionalmente pobre” (Francisco Filho, 2013, p. 106). A educação no período ditatorial, estava voltada à formação de mão-de-obra especializada em curto prazo, com vistas ao mercado de trabalho em expansão. Dessa forma, a educação atendia às necessidades relacionadas às exigências da economia brasileira da época.

Após o período da ditadura militar surge a redemocratização no Brasil em um cenário de mudanças na área educacional, surge, assim, demandas por uma educação mais inclusiva, democrática e de qualidade. Ainda assim, as reformas educacionais enfrentaram desafios e resistências e muitas questões estruturais do sistema educacional brasileiro permanecem favorecendo a desigualdade social na área educacional (Francisco Filho, 2013). Da mesma forma, a história da educação nas constituições brasileiras reflete as diferentes visões políticas e sociais ao longo do tempo. Desde a primeira Constituição promulgada em 1824 até as emendas e reformas constitucionais mais recentes, a educação tem sido considerada um direito fundamental e um instrumento essencial para o desenvolvimento nacional.

A Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", é a atual Constituição brasileira. Representou um marco na história da educação do país. Reconheceu a educação como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo-a como prioridade nas políticas públicas (Francisco Filho, 2013). Determinou a obrigatoriedade do ensino fundamental e a gratuidade em instituições públicas, além de garantir a autonomia universitária e a valorização dos profissionais da educação. No entanto, ainda que estivesse estipulado na constituição o ensino foi precário para as camadas populares.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Brasil, 1996). A BNCC é um documento normativo no qual constam um conjunto de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos educandos nas instituições de ensino na etapa da educação básica (Brasil, 2018).

Também é importante mencionar que o Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta um conjunto de ações a serem desenvolvidas, com responsabilidades compartilhadas entre a



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para que se possa garantir o acesso à educação de qualidade. Conforme Francisco Filho (2013), na prática ainda não se atingiu o objetivo de atingir o acesso, a permanência e a qualidade da educação. Nesse sentido, defende-se a necessidade de discutir e promover ações efetivas de ensino em todos os níveis de escolaridade, pois trata-se de um direito constitucional indispensável é fundamental para a formação integral dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo refletir sobre a história da educação brasileira desde o período do Brasil colônia até os dias atuais. Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, de abordagem qualitativa, que se fundamenta nas obras de Aranha (2006), Francisco Filho (2013), Ghiraldelli Júnior (2009), (Souza, Santos; 2019), entre outros.

Conclui-se que, nos diferentes contextos sociais, políticos e históricos da educação brasileira, há diferentes formas de estruturação educacional, sendo que a cada período histórico, seja ele colonial, monárquico ou republicano, há um propósito desejado para a educação. No entanto, essa compreensão possibilita que os docentes possam sair da passividade e engajar-se na luta por uma educação mais equitativa e de qualidade para todos.

Entende-se que os professores da educação básica carecem de formações que se voltem à compreensão da história da educação brasileira e sua relação com o contexto educacional na atualidade, visto que professores e a sociedade como um todo ainda tem discursos pouco condizentes com a preocupação em ofertar educação de qualidade para todos. Pode-se afirmar que as instituições de ensino mantêm práticas excludentes para classes sociais menos favorecidas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura: parte 3**. In: A Cultura Brasileira. São Paulo: SP, Melhoramentos, 1976.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. 3. ed. Campinas: SP, Alínea, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. Ebook.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. 290p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. Ebook.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7.ed. Ática: São Paulo, 2006.

RABELLO, Islei Gonçalves; RODRIGUES, Rosângela Silveira. A história da educação e a formação docente: possibilidades e contribuições para uma prática emancipada e emancipadora. *In: Anais do V Congresso Internacional de Filosofia e Educação*, 2010, Caxias do Sul, RS. Disponível em:
https://www.ucs.br/ucs/eventos/cinfe/artigos/arquivos/eixo_tematico5/A%20Historia%20da%20Educacao%20e%20a%20Formacao%20Docente_possibilidades%20e%20contribuicoes.pdf
. Acesso em: 09 mar. 2024.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 21. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUTO, Glendha Marques Luz. **Direito à educação pública de qualidade: das garantias legais às percepções de professores e alunos de uma instituição de ensino médio de Uberaba, MG**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba. Uberaba, MG, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/2186/1/GLENDHA%20MARQUES%20LUZ%20SOUTO.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. **Revista Educação Pública**, 2019. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>
. Acesso em: 10 mar. 2024.